



Revista Brasileira de Sociologia

ISSN: 2317-8507

ISSN: 2318-0544

Sociedade Brasileira de Sociologia

Carmo, Milena Mateuzi; Moutinho, Laura; Klein, Charles
Periferias nas universidades: ecos femininos das políticas de ações afirmativas
Revista Brasileira de Sociologia, vol. 10, núm. 26, 2022, Setembro-Dezembro, pp. 124-152
Sociedade Brasileira de Sociologia

DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.906>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595774415006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

UABM [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Periferias nas universidades: ecos femininos das políticas de ações afirmativas

Peripheries in universities: female echoes of affirmative action policies

Milena Mateuzi Carmo* 

Laura Moutinho** 

Charles Klein*** 

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre a forma como medidas de acesso ao ensino superior dos últimos 20 anos, articuladas a outras políticas sociais, modificaram as condições de vida de muitas famílias moradoras das periferias da cidade de São Paulo, sobretudo de mulheres. Argumentamos que tais políticas, de modo mais amplo, também vêm contribuindo para transformar o contexto político e cultural desses territórios. Nesse sentido, analisamos alguns ecos das políticas de ação afirmativa, considerando especialmente as relações familiares sob a ótica do feminino, com tensões e ambiguidades geracionais, acesso a emprego, atuação política renovada e a produção de saberes no campo acadêmico a partir da constituição de novos sujeitos do conhecimento. Interessa-nos, igualmente, discutir como a entrada de estudantes pobres, negras e moradoras das periferias, ao aproximar academia e tais territórios, tem promovido a transformação da subjetividade, a renovação de saberes, pautas, formas de organização e de produção nesses territórios.

Palavras-chave: ações afirmativas no ensino superior, periferias, interseccionalidade, gênero, ativismos urbanos.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS da Universidade de São Paulo. Pesquisadora de temas relacionados à juventude, violência, políticas sociais, desigualdade social e justiça restaurativa. mmateuzi@gmail.com

** Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Doutora em Antropologia Cultural pela UFRJ. Professora Associada (Livre-Docente) do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da USP e Coordenadora do PPGAS/USP. Bolsista Produtividade - CNPq lmoutinho@usp.br

*** Portland State University, Portland, OR, Estados Unidos da América.

Doutor em Antropologia. Professor Associado no Departamento de Antropologia da Portland State University, nos Estados Unidos da América. chklein@pdx.edu

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on how measures of access to higher education in the last 20 years, combined with other social policies, have changed the living conditions of many families living on the outskirts of the city of São Paulo, especially women. We argue that such policies, more broadly, have also contributed to transforming the political and cultural context of these territories. In this sense, we analyze some echoes of affirmative action policies, especially considering family relationships from a feminine perspective, with generational tensions and ambiguities, access to employment, renewed political action and the production of knowledge in the academic field based on the constitution of new subjects of knowledge. We are also interested in discussing how the admission of poor, black women students who reside in the urban outskirts, by bringing academia and such territories closer together, has promoted the transformation of subjectivity, the renewal of knowledge, guidelines, forms of organization and production in these territories.

Keywords: affirmative actions in higher education, peripheries, intersectionality, gender, urban activism.

Introdução

Eu sempre quis fazer faculdade, mas, pra mim, sempre foi uma coisa distante. Eu não me imaginava numa faculdade, porque eu achava que não era pra mim, que não ia dar... que eu não ia conseguir, sei lá... Eu via – sabe aquela coisa que você quer, mas que você não sabe como chegar até lá? Eu falava “como é que eu vou fazer?” Universidade pública era um negócio ainda mais distante. Se essa aqui, que é a quinze minutos de casa, era muito, muito, muito, anos luz de distância, imagina a USP? Tipo, é não ter capacidade mesmo nenhuma de entrar. Isso é muito sofrido pensar... Não sabia nem onde era de verdade... USP? Não sei. É outro planeta. A USP, eu fui conhecer quando eu comecei a andar com esse povo todo aqui. Que aí, é alguém que ia apresentar não sei o que lá, aí, ia ter não sei o quê, aí, você vai conhecer a USP. Mas eu lembro das vezes que eu entrei na USP a primeira vez, eu lembro até hoje o choque... Na PUC, também, que eu fui fazer aquele curso lá com a Adriana, foi muito sofrido...¹

Abrimos a reflexão proposta neste artigo tomando de empréstimo as palavras de Andressa, mulher que, na época em que conversamos, tinha 40 anos e morava no Capão Redondo, distrito da periferia da Zona Sul da capital paulista, com o marido e dois filhos jovens: uma moça de 20 anos e um rapaz de 19 anos. Formada em pedagogia pela UNASP (Centro Universitário Adventista de São Paulo), universidade privada sem fins lucrativos localizada próximo a sua casa, Andressa trabalhava no Serviço de Medida Socioeducativa (MSE)² na mesma região. Seu marido, Marcos, que cursava Serviço Social na Universidade Anhanguera – com bolsa PROUNI –, ocupava a função de segurança em uma clínica médica em Santo Amaro. Seus

¹ Entrevista realizada no âmbito da Pesquisa *Entendendo a mobilidade e a precariedade: modos de vida emergentes e subjetividades políticas entre a nova classe média do Brasil*, conduzida entre 2016 e 2018 em três capitais brasileiras – São Paulo, Rio de Janeiro e Recife –, que teve por fim analisar a mobilidade social e a subjetividade política da classe C. Em São Paulo, a pesquisa foi coordenada pelo antropólogo Charles Klein (Portland State University), com acordo de Cooperação Internacional com a FFLCH/USP e contou com a colaboração de uma equipe formada por pesquisadoras e pesquisadores moradores da zona sul. A pesquisa foi financiada pela National Science Foundation (NSF/EUA).

² O Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE) compõe o serviço público vinculado à política de assistência social que tem por objetivo acompanhar adolescentes, de 12 a 18 anos, que cometeram *atos infracionais* e, portanto, estão cumprindo serviço de medida socioeducativa em meio aberto ou prestando serviços comunitários. Tais serviços foram implementados a partir do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) de 1990 e tinham por fim combinar sanções punitivistas com medidas socioeducativas.

dois filhos estavam desempregados. A jovem havia terminado a educação básica, mas ainda não tinha entrado na faculdade e, naquele momento, não tinha planos para isso. Já o filho, depois de alguns anos evadido da escola, acabara de voltar para o ensino médio. A família morava em casa própria e, mesmo com certa estabilidade financeira, enfrentava dificuldades frente à crise econômica que se intensificou desde 2015. O medo do desemprego era experimentado cotidianamente, pois o MSE em que Andressa trabalhava corria o risco de ser fechado devido ao sucateamento das políticas de assistência social em curso na cidade de São Paulo, acentuado após 2016.³

O casal era bastante engajado em ações comunitárias e no ativismo da região. Todos os anos realizavam, junto com outros moradores, a festa do dia das crianças no bairro. Além disso, Andressa estava envolvida com coletivos de ativistas da região que se organizavam em torno de pautas tais como a luta contra o “genocídio da população negra”, “feminismo periférico” e “mulheres negras periféricas”. O casal atribui tal engajamento ao histórico de seu bairro, construído a partir de um processo de luta pelo terreno onde está localizado e, também, pelo mutirão de moradoras e moradores para a construção das casas em que moram hoje. Eles ressaltam, com orgulho, a forte atuação de suas mães, que enfrentaram a polícia, bem como trabalharam nas obras, para que suas casas fossem construídas. Além de terem lutado pela implantação de escolas para que os filhos pudessem estudar.

As trajetórias de Andressa e de sua família sugerem um entrelaçamento entre lutas e políticas sociais conquistadas nas últimas décadas, que fazem parte do percurso de vida de muitas pessoas que moram nas periferias da cidade. Este artigo tem por objetivo refletir sobre a forma como as políticas de expansão e de inclusão no ensino superior dos últimos 20 anos se conectam a este entrelaçamento e como, a partir dele, contribuíram para modificar condições de vida de muitas famílias: trataremos de alguns ecos da ampliação do acesso ao ensino superior, através das políticas de ações afirmativas nas periferias sob a ótica do feminino e, concomitantemente, abordaremos a emergência de novos sujeitos, saberes e formas de organização na academia.

Tendo em vista o contexto da pandemia, o destaque que a crise sanitária deu às mulheres, devido à responsabilização com o trabalho do cuidado (Carmo, 2022), e considerando ainda as agendas de pesquisa das autoras

³ Ano do Golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e fim do governo de Fernando Haddad no município.

e do autor deste artigo, focalizaremos os percursos femininos. Partimos das narrativas dessas mulheres sobre suas trajetórias, considerando uma perspectiva familiar e geracional, ou seja, trata-se de jovens adultas, cujas famílias de origem eram compostas por migrantes rurais, com baixa escolaridade, que chegaram à capital nas décadas de 1970 e 1980. Diferentemente de suas mães, elas contaram com um acesso mais ampliado a direitos a partir de 1980 e com maiores oportunidades de entrada no ensino superior. Constituem, portanto, não apenas a primeira geração de mulheres da família nascidas na capital, mas muitas vezes a primeira pessoa da família a ingressar na universidade, o que implica melhores condições de trabalho e maior autonomia financeira, além de maiores possibilidades de se constituírem como sujeitos políticos que se situam em termos de raça, gênero, classe social, sexualidade e território.

Em resumo, nosso argumento é de que as políticas de expansão do ensino superior, com ênfase nas ações afirmativas, criaram condições mais favoráveis de autonomia, transformando não apenas trajetórias individuais e familiares, mas promovendo a emergência de novos sujeitos políticos, transformações na produção do conhecimento e produção de pautas políticas. Essas transformações têm contribuído para a reconfiguração tanto do ambiente das próprias universidades, produzindo novos regimes normativos, como também das periferias. Faz-se necessário destacar que os processos pelos quais o ensino superior se expandiu no país ocorreram em meio a tensões entre democratização e mercantilização da educação. Essa ambiguidade na política se expressa também nas trajetórias das mulheres apresentadas neste artigo.

As entrevistas e fragmentos etnográficos que compõem este manuscrito foram coletados ao longo dos últimos cinco anos, a partir do trabalho das autoras⁴ e do autor deste artigo, junto às redes de ativistas e de moradoras da periferia da zona sul da cidade de São Paulo – Capão Redondo, Campo Limpo, Jardim São Luís e Jardim Ângela. Embora a educação superior não tenha sido o foco privilegiado de nossas agendas de pesquisa, ela esteve sempre presente nas narrativas, cotidianos e projetos de futuro vividos

⁴ Essa reflexão e a análise do material coletado na pesquisa coordenada por Klein (nota 1) se beneficiou de outras duas em curso: o projeto de extensão e de pesquisa “A pandemia do Covid-19 sob perspectiva interseccional em territórios periféricos: diálogos entre Brasil e África do Sul”, realizada na mesma região, financiada por PRCEU/USP, e o projeto “Vidas conectadas em duas diferentes temporalidades: exclusões e medos, doenças e perdas no sul da África”, que tem apoio do CNPq. Ambas coordenadas por Laura Moutinho.

como experiências plenas de sentido. Desse modo, selecionamos aqueles que melhor demonstram a multiplicidade dos efeitos dessas políticas de expansão da educação superior nas periferias, sobretudo para as mulheres e suas famílias, relacionadas a nosso campo de pesquisa.

Na primeira seção deste artigo, faremos uma breve discussão, apresentando dados e bibliografia sobre o tema, para compreender o avanço e as contradições das políticas de expansão do ensino superior. Na segunda, traremos a trajetória de Andressa, no sentido de compreender como o ensino superior é algo muito distante dos projetos de futuro de muitas moradoras das periferias e, uma vez alcançado, é necessário o esforço conjunto para garantir a permanência de um familiar graduando. Na terceira seção, a partir de um trecho etnográfico de um encontro de um coletivo de feministas periféricas, busca-se refletir sobre a importância de relações horizontais para ingresso e permanência no ensino superior, por tratar-se de um espaço onde conhecimentos acadêmicos e aqueles produzidos em processos de luta são compartilhados e transformados mutuamente. Na última parte, apresentamos alguns trabalhos etnográficos produzidos de modo inovador nessa interface academia-espacos de ativismo periférico por pesquisadoras que se situam como periféricas, muitas delas pretas e pardas.

Ensino superior: entre o público e o privado

Lembro até hoje, quando eu coloquei aquele uniforme de limpeza, pesou! Várias coisas, várias coisas. Todos os dias, eu lembro que eu entrava no trabalho, eu falava: “Não vou fazer isso pra sempre! Eu não vou fazer isso pra sempre!”. Aí, um dia, eu já tinha um ano e um mês, a minha supervisora [que] era uma mina de pele clara, não era branca, era pele clara, mas era bonitona, sabe? Toda charmosa... Aí, um dia, a gente entrou numa sala, tinha três caras dentro da sala. Era um escritório, assim grande, [...] de um banco. E aí tinha as tomadinhas de metal. Então só limpava se você friccionasse ali um pano e limpasse. Ela sentou em cima da mesa, cruzou as pernas assim e falou: “Pode limpar!” Aí eu falei assim: “Mas isso aqui só dá pra limpar se eu abaixar, ficar de quatro...”. Ela falou: “Pode limpar!”. [...] Acho que eu limpei umas duas, mas com aquele sentimento: “Mano...o que eu tô fazendo aqui? Olha o que essa mulher tá fazendo comigo!” Eu me senti

humilhada! Ela fez aquilo pra me humilhar porque ela não gostava de mim. E aí, daquele dia, eu falei assim: “Nunca mais eu volto!”. Aí eu pedi as contas e nunca mais voltei. Aí eu fui, me inscrevi pra ser agente de saúde... Logo que me inscrevi pra agente de saúde, eu falei: “Se eu não quero ser mais faxineira e nem agente de saúde pro resto da vida, eu tenho que voltar a estudar!”

Qual é o campo de possibilidades de Andressa num cenário de desigualdade, como o expresso no relato acima, de transformar a sua vida? Entre os países do Sul Global, o Brasil tem experimentado, nas últimas décadas, sobretudo entre os anos de 1995 e 2012, uma pronunciada expansão do ensino superior, cujo crescimento foi de 360% (Amaral, 2016; Gomes *et al.*, 2012; Macedo, 2019). O aumento de oportunidades de educação superior tem sido defendido como estratégia de desenvolvimento econômico desde a década de 1960 (Amaral, 2016; Pereira & Kern, 2017). Contudo, foi somente com a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1994, a partir da implementação de políticas de cunho neoliberal – incluindo incentivos fiscais para universidades privadas com fins lucrativos e a criação de um programa federal de empréstimo estudantil –, que o número de matrículas se expandiu significativamente. Durante os dois governos de FHC (1995-2002), as matrículas cresceram 55% nas universidades públicas e 130% nas instituições privadas (Chaves & Amaral, 2015).

No entanto, a maior expansão só viria a ocorrer na década seguinte. A partir de 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro presidente do Partido dos Trabalhadores a governar o país, novas políticas educacionais que focalizavam a classe social articulada à raça ganharam força. Foram realizados esforços tanto no que se refere ao acesso ao ensino público, como também, e talvez mais especialmente, no setor privado (Macedo, 2019). As políticas dos governos Lula-Dilma (2003-2016) indiscutivelmente promoveram uma grande transformação no ensino superior no Brasil, ampliando o acesso para estudantes das classes baixas e aumentando a porcentagem de pessoas negras nas universidades. Contudo, em vista da aposta na parceria com as instituições privadas – em 2017, mais de 85% das instituições de ensino superior eram particulares – muitas dessas políticas passaram a ser alvo de críticas por promoveram transferências de recursos públicos para grandes instituições com fins lucrativos (Macedo, 2019).

Dentre as principais políticas, podemos destacar, em ordem cronológica: o Enem, (Exame Nacional do Ensino Médio), criado em 1998, e cujos resultados, a partir de 2004, passaram a ser considerados para o acesso ao ensino superior; o Prouni (Programa Universidade para Todos), instituído em 2005, que passou a conceder bolsas integrais ou parciais para estudantes em instituições privadas de ensino superior a partir de critérios socioeconômicos e étnicoraciais; o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior), que concede financiamento para cursos de graduação – uma reformulação do Programa de Crédito Educativo de 1975; o Sisu, Sistema de Seleção Unificada, disponível desde 2010, que permite a estudantes concorrerem a vagas disponibilizadas por instituições que aceitem ingresso via Enem; e a chamada Lei de Cotas, sancionada em agosto de 2012, que passou a reservar 50% das vagas das universidades e institutos federais para estudantes oriundos de escolas públicas, observando também critérios raciais. A partir dessas políticas, o número de estudantes brasileiros matriculados nas 296 escolas superiores públicas aumentou de 492.232 em 1980 para 1.999.078 em 2016 (aumento de 304%).

Importante destacar que essas políticas de ensino superior estão no bojo de outras medidas de melhorias nas condições de vida da população mais pobre que ocorreram durante os governos do Partido dos Trabalhadores: valorização do salário-mínimo, inclusão no trabalho formal, ampliação do acesso ao consumo e de políticas sociais territorializadas, como saúde, assistência social e habitação. Tais ações governamentais tornaram as condições mais viáveis para que as famílias pudessem *dar conta* dos custos do acesso de seus membros no ensino superior, como no caso de Andressa, cuja trajetória estamos acompanhando.

Como dito anteriormente, interessa-nos, neste artigo, não nos aprofundar em uma ou outra política específica, mas sim analisar como elas, em conjunto, produziram grandes transformações, não apenas na vida de estudantes moradores das periferias da cidade e suas famílias, como também têm contribuído para o surgimento de novos sujeitos, pautas e espaços políticos nesses territórios e nas universidades. Nesse sentido, dois aspectos devem ser ressaltados. O primeiro é o fato de que a maioria das pessoas formadas ou realizando o ensino superior no Brasil se encontra em instituições privadas. Isso implica grandes esforços financeiros para ingressar, permanecer e concluir uma faculdade, pois nem todas as

peessoas conseguem financiamento integral via Prouni. Além disso, trata-se, geralmente, de um ensino de qualidade e prestígio inferior às instituições reconhecidas como de excelência (Abdal & Navarra, 2014), o que significa um acesso desigual no que se refere à produção de conhecimento.

O segundo aspecto é que as políticas de cotas, e mesmo o Prouni, em alguns casos, têm permitido o ingresso desses estudantes de baixa renda em instituições de ensino superior que realizam a produção científica no país (principalmente universidade pública, mas também algumas privadas sem fins lucrativos – no caso de São Paulo, podemos destacar a PUC). Essa aproximação entre periferias e experiência acadêmica tem promovido não apenas uma significativa transformação no ambiente acadêmico e na produção científica (Lima & Campo, 2020) como também nesses territórios periféricos. Paula Barreto *et al.* (2020), em levantamento sobre a produção da área de relações raciais nas ciências sociais brasileiras entre 2012 e 2019, destacam como a promulgação da Lei de Cotas trouxe uma ampliação das publicações nesse campo e “também criou condições para que mais estudantes negros(as) pudessem realizar pesquisas acadêmicas” (p. 5). Como será visto nas próximas páginas, o público desta pesquisa dialoga diretamente com esse ponto. Ativistas com experiências acadêmicas e de atuação política local têm produzido um intercâmbio de conhecimentos entre esses espaços, antes tão distantes.

Antônio Sergio Guimarães, Flavia Rios e Edilza Sotero (2020) chamam a atenção para a multiplicação de coletivos negros dentro das universidades, estimulada pelo ambiente político desde 2013 e, também, pelo que entendem como uma segunda onda de ações afirmativas a partir de 2012. Os coletivos se estruturam de forma distinta de outros tipos de organização ou movimentos sociais; pode-se dizer que se caracterizam por relações horizontais entre seus membros e pela autonomia com relação a instituições e partidos políticos (Carmo, 2016; Guimarães *et al.*, 2020). Alguns estudiosos têm nomeado esses recentes modos de mobilização como novíssimos movimentos sociais. Além disso, os autores argumentam que tais grupos teriam inspiração nos coletivos negros feministas dos anos de 1970 e 1980, os quais “pregavam horizontalidade na tomada de decisões e ausência de hierarquia na forma de organização, constituindo-se como grupos de discussão e de atuação política e intelectual em torno de um ideário libertário e emancipatório” (Guimarães *et al.*, 2020, p. 312).

Em nossos próprios trabalhos na última década, acompanhamos a multiplicação de coletivos de ativistas nas periferias da cidade, os quais traziam pautas de gênero, raça, sexualidade e classe social articuladas ao território. Esses coletivos têm sido importantes espaços de produção de *lutas* e de conhecimento. Seus integrantes são normalmente jovens e adultos que acessaram o ensino superior, sendo a experiência acadêmica de fundamental importância, uma vez que oferece formas de compreender os problemas sociais vividos. É importante ressaltar também as importantes discussões que têm atravessado os ambientes acadêmicos sobre cotas, como afirmam Márcia Lima e Luiz Augusto Campos:

Esse intenso debate deve-se ao fato de que tais políticas aludem aos elementos constitutivos das relações raciais brasileiras: a identidade racial, o dilema “raça e classe” e o lugar do racismo e da discriminação na configuração das desigualdades sociais brasileiras. Não é exagero dizer que o advento das cotas colocou em crise aberta toda uma concepção arraigada de nossa identidade nacional, historicamente calcada no elogio da mestiçagem e na recusa de que o racismo fosse uma marca de nossa estrutura racial (Lima & Campos, 2020; p. 246).

Nesse sentido, talvez seja importante trazer para o debate o papel fundamental do movimento *hip-hop* nos contextos das periferias urbanas no sentido de estimular a produção de uma identidade periférica a partir de uma perspectiva positivada, relacionando classe social e raça para jovens nascidos na década de 1990 (D’Andrea, 2013; Macedo, 2016). Argumentamos que as políticas de ações afirmativas, por sua vez, estão contribuindo para um fortalecimento dessa identidade em termos raciais.

Nossa pesquisa com jovens adultas moradoras das periferias que acessaram o ensino superior mostra ainda que muitas delas sentem profundo desconforto e sensação de inadequação ao espaço universitário, sobretudo nas universidades com maior prestígio – mais elitizadas e brancas. Entendemos, assim, que os coletivos têm sido também um ambiente de fortalecimento conjunto, forma de apoio e de construção de si. Nesse sentido, gostaríamos de dar visibilidade à complexidade dos efeitos e à relevância das políticas de acesso ao ensino superior, observando a experiência acadêmica de forma ampliada: família, universidade, emprego, ativismos e território.

Mulheres, gerações e ensino superior

Porque na minha adolescência [...] eu nem olhava pra faculdade, porque eu sabia que minha mãe não teria condições de pagá-la. Os empregos [em] que eu trabalhava, não dava pra pagar uma faculdade. Pra você ver, eu fui contemplada pelo governo no Prouni e no outro que chamava Escola da Família e eu pude escolher! Então [...], eu tive duas chances de fazer faculdade. [Na] Escola da Família, eu trabalharia aos finais de semana na escola; em troca disso, eu teria faculdade 100% gratuita! Então, o PT, as pessoas podem até discordar, mas o PT, ele abriu as portas! Coisa que hoje é uma dificuldade tremenda pra entrar nesses projetos. Antes, [eu] era só operadora de caixa, lanchonete... o salário era sempre na faixa de um salário mínimo. Agora não, como enfermeira, a base de salário que eu, dos empregos [em] que eu trabalhei, é de três saláriosmínimos. Às vezes até mais! Então, é uma coisa bem diferente, né? Sem a faculdade, eu não poderia ter isso! Até a colocação da gente nas empresas, é nível de coordenação. Porque é nível superior, é enfermeira. Então, pelo curso superior, você tem um patamar a mais, né? Pouco, mas tem!

Verônica é vizinha de Andressa e de Marcos, o casal com o qual iniciamos esta reflexão. O trecho citado é parte de uma entrevista realizada em 2018 em sua casa, onde morava com a mãe, de 72 anos, um sobrinho, de 24, e o filho de quatro anos. Sua residência, assim como a de Elaine, também foi fruto do mutirão, no qual sua mãe, igualmente como a de Andressa, atuou intensamente por anos a fio. Importante mencionar que sua mãe, Rosa, com quem também conversamos, chegou por volta dos 20 anos de idade à capital paulista, onde se casou com o pai de seus 8 filhos (sete mulheres e um homem). Mulher autodeclarada negra e sem escolaridade, diz ter passado por grandes dificuldades para conseguir emprego, tendo que trabalhar como empregada doméstica grande parte de sua vida, até conseguir passar em um concurso público para trabalhar como copeira no Hospital das Clínicas. Esse emprego, ainda que subalternizado, garantiu-lhe estabilidade e autonomia financeira com relação ao marido, do qual se separou por beber demais e por ser violento com ela e com os filhos.

A filha, Verônica, afirma que, mesmo a mãe tendo vivido em condições econômicas muito adversas, não permitiu que os filhos trabalhassem antes de se formarem no ensino médio. Dizia que eles precisavam estudar para

serem alguém na vida. Contudo, mesmo com todos os esforços da mãe, algumas de suas irmãs deixaram a escola. Segundo Verônica, isso aconteceu porque Rosa não conseguia acompanhar o cotidiano dos filhos por *trabalhar demais*. Ela mesma deixou de ir às aulas por um ano e a mãe não percebeu.

Eu acho que, quando a gente vai ficando mais velha, vai entrando na adolescência, vai entendendo mais... mas na infância, eu me divertia! Até com as dificuldades, né? Porque a gente não percebe, não tá nem aí... a gente só quer brincar... nem percebe as dificuldades, né? Então assim, era todo mundo amontoado, dormia amontoado... A gente nem percebia o quanto era difícil para minha mãe. Porque, por exemplo, eu saí da escola, ela nem percebeu, porque ela trabalhava em dois empregos. Ela saía tipo cinco e meia e voltava às oito e pouca da noite... Os filhos dela, a maioria se perdeu pro caminho das drogas... ela nem percebeu, porque ela estava sempre trabalhando pra dar de comer, o que vestir. Então, ela teve uma vida bem sacrificada. A gente só começa a perceber isso a partir da adolescência, que a gente tá numa vida difícil, né?

Verônica faz parte da primeira geração de filhos nascidos nas periferias da capital, assim como Andressa, cujos pais, de origem rural, migraram principalmente dos estados do nordeste do país. Ela, como outras crianças de sua geração e ao contrário de suas mães e pais, teve acesso à Educação Básica e a outros serviços públicos básicos em seus locais de moradia graças às lutas empreendidas pela geração anterior (Feltran, 2011; Oliveira, D., 2019; Oliveira Macedo, 2021).

Sua mãe, Rosa, lamentava profundamente por não ter estudado e não queria que as filhas seguissem o mesmo caminho. Conforme alguns trabalhos que têm focalizado trajetórias femininas nas periferias, a questão da escolaridade aparece como uma das mais significativas no que se refere a sonhos e projetos de futuro (OliveiraMacedo, 2021; Oliveira, A., 2022; Carmo, 2022). Nessas análises, o ponto comum diz respeito às mulheres mais velhas, normalmente migrantes de origem rural que não tiveram acesso à escolarização, que consideram a falta de estudos um dos principais fatores que contribuíram para sua pouca autonomia financeira, baixos rendimentos e, assim, maior exposição à violência doméstica. A tendência era de que mães reforçassem a importância da escolaridade para filhas ou mulheres mais jovens que cresciam em um ambiente com maiores oportunidades educacionais (Carmo, 2022).

Assim que tomou conhecimento da evasão escolar da filha, Rosa obrigou seu retorno imediato. A interrupção escolar provocou não apenas uma defasagem entre idade e série para Verônica, como também alimentou um certo desânimo em relação à escola. Para concluir de forma mais rápida as séries que lhe faltavam, ela ingressou no Ensino Supletivo, hoje denominado Educação de Jovens e Adultos (EJA), na rede pública. Um pouco antes de se formar, Verônica começou a trabalhar como balconista em uma lanchonete no bairro. Tipo de emprego muito comum entre jovens das periferias durante a década de 1990, caracterizado por ser mal remunerado, subalternizado e de baixa qualificação, tal como caixas de supermercado, balconistas de padaria ou lanchonete, vendedoras de lojinhas, dentre outras ocupações.

O ensino superior estava muito distante dos planos de Verônica durante a juventude. A universidade pública era algo impensável, tão inacessível que nem mesmo sabia do que se tratava. Já as instituições privadas, apesar de mais próximas, impunham barreiras econômicas, pois nem Verônica com seus empregos precários, nem a mãe com o salário de copeira, teriam condições de pagar as mensalidades. Foi quando, em meados da década de 2000, ela teve acesso ao Prouni. Verônica, então aos 25 anos, ingressou na faculdade, formando-se em enfermagem aos 31 anos. Estudou na Uni-Ítalo, instituição privada com fins lucrativos, localizada em Santo Amaro, região mais central da zona sul. Ela conseguiu uma bolsa através dessa política, que cobria 50% do valor da mensalidade. Os outros 50% foram financiados por um projeto da igreja que frequentava na época, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmon). Importante destacar o papel da igreja nesse cenário, no sentido de refletirmos como, a essas políticas, outras forças sociais estão associadas. Forças, inclusive, frequentemente de viés conservador.

Seguindo seu relato, que é similar aos de outras mulheres que entrevistamos, nota-se que não somente o acesso, mas também a permanência no ensino superior para estudantes de famílias com baixa renda é geralmente um processo de muito sacrifício. Isso não apenas para o próprio estudante, que com frequência já é trabalhador, mas para a família como um todo. Se não é a família que custeia os estudos da ou do estudante, é ele mesmo que arca com as despesas, deixando assim de contribuir com as finanças da casa. Dessa forma, embora o ensino superior seja uma conquista, é também motivo de tensões no cotidiano (Macedo, 2019; Oliveira-Macedo, 2019; Klein & Carmo, 2019). Verônica falou sobre a dificuldade em conciliar

trabalho e faculdade, bem como em conseguir comprar livros ou dispor de dinheiro suficiente para pagar o transporte todos os dias até Santo Amaro, onde estava localizada a Uni-Ítalo.

Mesmo *depois de tanto sacrifício*, Verônica, no momento da entrevista, encontrava-se desempregada havia mais de dois anos. Ela disse que trabalhou por seis anos em sua profissão e, em 2016, foi demitida, não conseguindo mais se recolocar profissionalmente. Tal situação acarretava várias pressões, inclusive emocionais, tanto para ela como para sua mãe. Rosa, que contava com a aposentadoria, oferecia a ela suporte financeiro e ainda a ajudava no cuidado do filho, ainda que limitado devido a sua idade avançada. Nesse sentido, mesmo com as ampliações de acessos a direitos para mulheres, Verônica, mulher pobre, negra e moradora da periferia, vivia angustiada naquele presente por um futuro almejado (e prometido) que nunca chegava.

A formação em algumas universidades privadas com fins lucrativos tende a oferecer um percurso acadêmico cujos diplomas são pouco valorizados no mercado de trabalho. A isso, somam-se outros tipos de preconceito sofridos por mulheres que moram nas periferias das cidades, sobretudo negras, para acessar empregos e promoções. Essa situação tornou-se ainda mais dramática com a crise econômica instalada em 2015. Quadro que a pandemia de Covid 19, iniciada em março de 2020, veio a tornar ainda mais dramático. Chama atenção nos relatos o lugar das igrejas evangélicas junto a esse público, bem como o ambiente profundamente marcado por uma moral religiosa. Em uma das universidades privadas com fins lucrativos a que tivemos acesso durante nossas pesquisas, diversos foram os relatos de estudantes sobre uma certa pressão feita por estudantes evangélicos, que não encontravam muita oposição por parte da coordenação, para que o curso de psicologia incluísse no currículo pautas religiosas, tais como criacionismo e cura da homossexualidade. Algumas dessas universidades também desestimulavam e até proibiam atuações mais politizadas em suas instalações, como por exemplo, a criação de centros acadêmicos, minando a organização política relacionada à experiência universitária. Concomitantemente, o que tanto Andressa quanto Verônica notaram foi que o ingresso na faculdade lhes trouxe maior reconhecimento social e respeito por parte das pessoas com as quais elas trabalhavam, bem como na vizinhança e na família.

A relação entre estudo e engajamento político apareceu de diversas formas. Tanto Verônica quanto a mãe disseram que, se tivessem estudado

mais, teriam *entrado para a política*, referindo-se à política institucional. Rosa foi muito atuante no sindicato dos funcionários públicos. Já Andressa, ao narrar sua trajetória, fala como a formação superior permitiu que ingressasse em uma rede composta por coletivos de mulheres da zona sul, que ampliou seu vocabulário e atuação política, como também seu percurso acadêmico. Andressa realizou uma pós-graduação *stricto sensu* numa instituição privada, além de ter trabalhado como assistente de pesquisa de uma pós-doutoranda da Unicamp. Vejamos a seguir uma dessas interfaces entre universidade, emprego, família e atuação política.

Feminismo periférico

Mês de outubro de 2017, sábado ensolarado e, numa ONG do Capão Redondo, distrito da periferia da zona sul de São Paulo, um grupo de mulheres se reunia no evento do *Fala Guerreira*,⁵ coletivo formado por *feministas periféricas*. Tratava-se de uma atividade cujo objetivo era *celebrar e homenagear a vida* de outras mulheres importantes para as jovens daquele grupo. O convite se dirigia às amigas e familiares, principalmente mães, das ativistas. A reunião ocorria no amplo salão da entidade, onde cerca de 40 mulheres, em sua maioria negras e com idades diversas, confraternizavam. Andressa era uma dessas mulheres. Grande parte das pessoas presentes já se conhecia a partir de relações de amizade, de parentesco e de ativismo (Oliveira, A., 2022) que se sobrepunham e se entrelaçavam. As mais jovens ali presentes tinham entre 20 e 40 anos. Quase todas elas estavam engajadas em algum tipo de ativismo, via coletivos que atuavam na região, e todas possuíam ensino superior, trabalhando em políticas sociais ou ONGs ou seguindo carreiras acadêmicas ou artísticas. As mulheres mais velhas – mães, avós e tias – ao contrário, mal tinham concluído o ensino fundamental, eram aposentadas ou ainda trabalhavam em empregos subalternizados,

⁵ Coletivo que também nasceu em 2012, formado por mulheres periféricas com o objetivo de refletir sobre o feminismo periférico. O coletivo produziu um conjunto de revistas buscando dar visibilidade a esse feminismo, que se diferenciaria do feminismo branco, tendo em vista as especificidades e diversidades de mulheres marcadas por um certo tipo de racialização, por uma condição de classe e por um território. A Rede TVT realizou uma entrevista com Jenyffer Nascimento, poeta e integrante do coletivo, que fala um pouco mais sobre o grupo (Rede TVT, 2016). Para acessar as revistas: https://issuu.com/falaguerreira/docs/01_revista_fala_guerreira (acesso em 20 de maio de 2022).

normalmente como empregadas domésticas. Era evidente as diferenças de oportunidades entre essas duas gerações.

A intenção das ativistas com aquele encontro era proporcionar um ambiente no qual as participantes pudessem compartilhar experiências, principalmente relacionadas às violências e sofrimentos gerados pelos efeitos do racismo, por condições precárias de vida e pelas violências de gênero e do Estado, que se imbricavam na vida cotidiana. Buscava-se, a partir da mobilização, produção e elaboração de memórias, não apenas uma *cura* individual, mas também a construção de um *nós* marcado por gênero, raça, classe e território (Moutinho, 2014; Moutinho *et al.*, 2016; Oliveira, D., 2019; Oliveira, A., 2022), sobre o qual se sustentava a produção do que essas feministas começavam a nomear como *feminismo periférico*. A periferia funcionava como o operador lógico da forma como esses marcadores eram articulados. Como descrito na revista *Fala Guerreira*, produzida pelo coletivo, “a construção de nosso feminismo se dá reconhecendo a trajetória de nossas mães, tias, avós, irmãs e nossa própria realidade”.⁶

Naquele dia, as mulheres do coletivo *Fala Guerreira* focavam as mulheres de suas famílias. Havia um desejo profundo de reconhecer e valorizar as trajetórias femininas, sobretudo das mais velhas, bem como *curar* (essa era uma palavra recorrente nas falas) e restabelecer laços deteriorados ou rompidos a partir do *envenenamento* das relações ao longo do tempo.

Buscava-se um espaço dissociado do cotidiano que, por sua vez, era visto como o lugar do tempo insuficiente e de sobrecargas emocionais e financeiras: *correr atrás de dinheiro*, cuidar de outras pessoas, participar de espaços de ativismo, dentre outras atividades consideradas exaustivas para mulheres. Partia-se de um consenso de que elas *trabalhavam demais* e não tinham *tempo para si* (Fernandes, 2018), estavam cansadas e precisavam de um outro ambiente com um ritmo mais tranquilo, em que as urgências da vida e dos outros pudessem esperar. Era preciso criar um tempo para o autocuidado em que as mulheres pudessem cuidar umas das outras e de si mesmas (Moutinho *et al.*, 2016). Assim, o encontro visava proporcionar esse ambiente de pausa e de valorização da escuta mútua, sobretudo entre aquelas que partilhavam desse cotidiano conturbado e conflituoso.

Durante o dia, as mulheres mais jovens falavam sobre o reconhecimento dos esforços de suas mães, sobre como o tempo foi um agente importante na

⁶ Editorial, *Revista Fala Guerreira*, 1, p. 4.

compreensão que faziam do comportamento delas e da relação que estabeleciam com elas. Ressaltavam também como o feminismo periférico, justamente por focar as especificidades das experiências de mulheres periféricas, ajudou-as a valorizar as trajetórias das mais velhas de suas famílias, que, por sua vez, falaram sobre o aprendizado, não sem tensões, que adquiriram com as mais jovens, o qual ajudou-as a *se libertar*. Os aprendizados aos quais se referiam estavam relacionados às pautas e aos comportamentos oriundos de outros registros morais e, também, de mundos acessados pelas filhas: principalmente universidades, ativismos e redes sociais.

Feminismo, racismo, violência de gênero, cuidado, mulheres periféricas, dentre outros termos, compunham um vocabulário extremamente complexo, oriundo de um profundo processo de reflexões e trocas entre essas ativistas. Os coletivos forjados por elas, desde o início dos anos de 2010, tinham se constituído em poderosos espaços nos quais experiências profissionais, acadêmicas, políticas e íntimas eram intercambiadas. Tais coletivos eram também fortemente influenciados pela experiência universitária dessas jovens que, cada vez mais, estavam em contato com o feminismo negro, com a luta contra o genocídio da população negra, pobre e periférica e com movimentos LGBTQIA+. Esses grupos vinham pensando suas experiências marcadas por desigualdades regionais e pela especificidade de viver nas periferias da cidade. Eram jovens com grande circulação pela cidade e por espaços que antes eram inacessíveis não apenas para suas mães, como também para elas mesmas. Algumas daquelas ativistas eram estudantes formadas em instituições públicas de ensino superior, outras estavam fazendo cursos de pós-graduação, possibilitados com a ampliação de oportunidades de acesso via cotas raciais ou outras políticas de ação afirmativa.

Nesse sentido, argumentamos que o acesso ao ensino superior tem contribuído para a emergência de novos sujeitos e pautas políticas cuja atuação se dá não apenas na universidade, mas também nas próprias periferias. Além disso, ainda que o universo das instituições privadas com fins lucrativos esteja mais voltado para o mercado de trabalho do que para a produção de conhecimento, marcado cada vez mais por uma moralidade branca, de cunho fortemente heteronormativo e, cristã e heterossexual que se conforma a uma ideia de nação (Feltran, 2017), há fissuras e outras possibilidades nesse cenário. Muitas das ativistas do *Fala Guerreira*, ao participar desses espaços de produção de conhecimento fora dos muros

acadêmicos, levam para essas instituições privadas (mas também para as públicas, embora os embates sejam distintos) seus corpos e suas pautas que tensionam tal universo moral.

Interrogando as universidades: a produção do conhecimento (re)significada

A presença de jovens intelectuais que se autodeclaram periféricas e negras na produção acadêmica já é, por si só, resultado de processos políticos, econômicos e culturais das últimas décadas. O conhecimento produzido por sujeitos que assumem posicionalidades específicas tem interrogado os trabalhos clássicos sobre periferia a respeito da ausência dos marcadores sociais da diferença no debate sobre produção da cidade, em especial, as dinâmicas de racialização e generificação na produção da desigualdade. Tal interpretação revela outros olhares ao interpelar análises consolidadas, oferecendo perguntas e reflexões fundamentais a partir de suas experiências que articulam raça, gênero, sexualidade e território (Carmo, 2016, 2022). Onde estão as histórias que essas jovens pesquisadoras ouviram de suas mães ou mesmo as experiências que viveram com elas de intensa atuação de mulheres nas mobilizações populares por melhores condições de vida nas periferias dos anos de 1980? Quais eram e onde estavam as vozes femininas no movimento Hip-Hop nos anos de 1990? Quais os efeitos da expansão do mundo do crime e da repressão estatal para a vida das mulheres? Por que são elas que engrossam as filas em frente aos presídios em dias de visitas? Por que são as mulheres a maioria no ensino superior e ainda continuam mais desempregadas e trabalhando menos?

Essas são algumas das questões que emergem da experiência de jovens intelectuais moradoras das periferias da cidade que vivenciaram as transformações políticas, culturais e econômicas ocorridas nos últimos 40 anos que afetaram de forma específica estes territórios. Uma das principais políticas foi certamente as de expansão e inclusão no ensino superior, principalmente de ações afirmativas. Como dito anteriormente, tais ações governamentais, aliadas também à ampliação da educação básica, propiciaram o surgimento de trajetórias acadêmicas antes inimaginadas para as classes mais pobres (Macedo, 2019; Klein & Carmo, 2019). A presença

desses sujeitos na universidade, bem como o aumento dos debates sobre os marcadores sociais da diferença, interseccionalidade e feminismo negro têm oferecido um campo fértil para pesquisas a partir de experiências que antes estavam alijadas da produção acadêmica.

As novas produções sobre periferia, que iremos percorrer a seguir, têm por objetivo tornar evidentes alguns trabalhos de pesquisadoras com trajetórias similares às que apresentamos anteriormente, que se posicionam de forma específica no campo acadêmico e que vêm produzindo suas pesquisas a partir de seus percursos de vida. Muitas delas, que foram beneficiárias do Prouni, chegaram à pós-graduação através das cotas para negros e pardos que começaram a ser implementadas nos programas do campo das ciências sociais nas estaduais paulistas. Na seleção que perfilamos nas próximas páginas, algumas são do coletivo *Fala Guerreira* ou escreveram sobre ele. Em verdade, o próprio coletivo, que é racialmente misto, foi palco de quatro dessas análises. Muitas são as primeiras da família (em geral de origem migrante) a ingressar no ensino superior.

Outro aspecto importante da produção que mapeamos é que ela é construída não somente por histórias que tais pesquisadoras experimentaram ou assistiram em suas regiões de moradia – o próprio corpo é protagonista dessa nova produção de conhecimento: um corpo *generificado*, que experimenta a sexualidade de modo diverso, metonimicamente se articula ao território periférico, racializando-se através da classe social. Interessante notar como as classificações por cor/raça não são unívocas. Esse é um debate que interpela as comissões de heteroclassificação (Neves, 2022). Ainda que esse tópico extrapole os limites deste texto, chama atenção como cada categoria e sua multiplicidade combinada com uma experiência variada de gênero e sexualidade trazem distintas historicidades e modulações subjetivas que têm em comum a territorialidade. São trabalhos que disputam um olhar para a cidade desde a periferia. São perspectivas que interpelam políticas desde uma experiência negra, parda, branco-mestiça e de *branco periférico*.

Essa mudança neste *fazer cidade* é possível identificar no trabalho de Danielle Regina de Oliveira (2019). Jovem socióloga, moradora da zona sul, autodeclarada branco-mestiça e integrante do Coletivo *Fala Guerreira*, Oliveira produziu sua dissertação de mestrado em Sociologia na Unicamp, buscando compreender o *feminismo periférico* que crescia nas periferias da cidade durante os anos de 2010. Em sua pesquisa, Oliveira também relaciona

as práticas contemporâneas de mulheres desses coletivos de feministas com a atuação política de mulheres das gerações anteriores que atuaram nos movimentos sociais em 1980. A autora argumenta que, embora as mulheres periféricas não se nomeassem como feministas, suas práticas cotidianas deveriam ser vistas como tais, pois estariam alinhadas à luta por autonomia e ampliação da atuação política, bem como ao questionamento dos papéis de gênero na ordem social e familiar. Dialogando de modo crítico com a produção acadêmica sobre feminismo no Brasil e sobre periferias, a autora afirma que tais estudos negligenciam não apenas a experiência feminina para se pensar a periferia, como também a perspectiva de mulheres periféricas para pensar o feminismo. Crítica da centralidade dos homens nessa produção, sua escrita está comprometida com a construção deste *feminismo periférico*, que se destaca de outras correntes feministas por se constituir a partir da articulação entre gênero, raça, classe social e geração, entendendo território não como espaço geográfico mas como “relação social”, produzido através da luta cotidiana de mulheres por melhores condições de vida.

Situando-se como mulher periférica, Dayane Karoline Fernandes da Silva (2019) produziu sua pesquisa de mestrado, defendida na Unifesp, acompanhando o coletivo de feminismo periférico da zona sul de São Paulo, o *Fala Guerreira*. A autora fez graduação na FFLCH/USP e, conforme seu *currículo lattes*, realizou ensino médio na Escola Waldorf São Paulo. A partir da análise das narrativas visuais da revista produzida por este coletivo, a autora argumenta que, em sua produção, as integrantes do *Fala Guerreira* buscavam construir uma representação de mulheres normalmente invisibilizadas nas revistas de grande circulação voltadas ao público feminino. Nessas revistas, argumenta Silva, são representadas mulheres das classes médias ou das elites, geralmente brancas, magras e heterossexuais que, embora sejam mães, são sempre bem-sucedidas profissionalmente. O que a autora pretende demonstrar – algo que também é pauta constante nos debates dessas feministas – é a existência de uma homogeneização de mulheres que não só não contempla como também se opõe às mulheres das classes populares, trabalhadoras subalternizadas, racializadas, com uma multiplicidade de orientações sexuais e corpos. Segundo Silva, as imagens veiculadas pela revista *Fala Guerreira* contribuem para a construção de uma pluralidade de representações de mulheres, rompendo com os estereótipos de subalternidade e ressaltando sua existência enquanto sujeitos.

Lidando igualmente com coletivos periféricos, entre os quais o *Periferia Segue Sangrando*, ligado ao *Fala Guerreira*, Sulamita Assunção (2018), em sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais, defendida na PUC-SP, assume seu lugar de vocalização como feminista negra, lésbica e periférica. A autora fez o ensino médio e fundamental em escola pública, e cursou psicologia na Unip, como beneficiária do Prouni. No mestrado, apoiando-se na literatura do feminismo negro, analisou como tais coletivos estão no bojo desse debate e se constituem como espaços onde mulheres negras, periféricas e lésbicas realizam uma (re)construção de si, a partir de relações de cuidado. Assunção articula a sexualidade (especialmente, negra e lésbica) nesse *fazer periferia*, não como um marcador, mas como relações sociais.

Alessandra Tavares de Oliveira (2022), também moradora da periferia da zona sul e autodeclarada negra, que estudou em escola pública e fez ciências sociais com bolsa Prouni na PUC-SP, percorre, em sua dissertação de mestrado, defendida na Antropologia da USP, redes de mulheres negras periféricas. Seu argumento centra-se na forma como amizade e ativismo têm forjado novas relações entre mulheres, pautadas em discursos sobre raça, gênero e sexualidade. Tais relações produzem redes de apoio e solidariedade sustentadas no cuidado mútuo oferecendo novos espaços de produção de si e de pautas políticas. Busca também compreender os processos que produzem o silenciamento de mulheres negras, bem como se propõe a refletir sobre como silêncio pode ser entendido como efeito de opressões que recaem sobre corpos negros femininos, mas também se constitui como forma de agenciamentos dessas mulheres.

Num percurso similar ao de Danielle Regina de Oliveira, Shisleni de Oliveira-Macedo (2021), jovem pesquisadora autodeclarada branca e moradora do Itaim Paulista, zona leste da cidade, também oriunda de escolas públicas no ensino básico, escreveu sua dissertação de mestrado defendida na Antropologia da USP, dando ênfase aos clubes de mães, tipo de organização de mulheres moradoras das periferias ligada às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) que foi muito ativa durante os movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980. Em sua pesquisa, Oliveira-Macedo destaca a relação que essas ações estabelecem com a militância feminina recente. Argumenta também que os efeitos dessas lutas femininas não ficaram apenas no passado, mas deixaram como legado a experiência e a memória para as ativistas que viriam nas gerações seguintes.

As diferenças geracionais são, como estamos tentando demonstrar, tanto palco de ações, como o que descrevemos anteriormente, quanto foco de

estudos, pesquisas e análises. A respeito dessa geração mais jovem, Oliveira-Macedo acompanhou trajetórias femininas que não apenas figuram como a primeira geração nascida na capital, como também foram as primeiras de suas famílias a cursarem o ensino superior. Essas mulheres, seja através do ativismo ou por meio de uma maior escolarização, obtiveram uma circulação mais ampla e diversificada pela cidade. Não que as da geração anterior não circulassem por regiões centrais, mas essa mobilidade se dava em circuitos diferentes e em posições mais subalternizadas, como empregadas domésticas, por exemplo. As mulheres das gerações mais recentes passaram a conviver em posições de relativa igualdade com filhos das patroas de suas mães, tensionando espaços elitizados e transformando também a própria periferia.

Bruna Galicho (2021), com ensino fundamental e médio em escola pública, é uma jovem antropóloga, formada em ciências sociais na Unifesp, autodeclarada negra e moradora da periferia da zona sul. Sua dissertação de mestrado, defendida na Antropologia da USP, percorre os itinerários de mulheres trabalhadoras negras das periferias, demonstrando, a partir da perspectiva feminina, como sujeitos, relações, diferenças e desigualdades são produzidas não somente nesse trânsito, mas também *em trânsito*. A perspectiva de cidade que aparece em seus escritos não é de um recorte geográfico, mas de mobilidade. *Circular é se apropriar e produzir* cidades e relações.

Esses trabalhos interpelam estudos clássicos sobre periferia a partir de outro olhar: outras experiências sociais que tensionam a produção de conhecimento realizada na academia. As redes e coletivos dos quais essas pesquisadoras participam são meios de elaboração de experiências e de conhecimentos que também são alimentados com a circulação dessas mulheres nas universidades, a partir de um permanente jogo de transformações mútuas entre academia, ativismo e periferias.

A produção intelectual de feministas negras, principalmente no Brasil e nos Estados Unidos, tem sido uma referência para muitos desses trabalhos e formas de ativismos. A articulação entre racismo e sexismo (Gonzalez, 2019), as noções sobre ponto de vista feminista (na leitura de Bairos, 1995), pensamento feminista negro (Collins, 1990), interseccionalidade (Crenshaw, 1991 e outras) e *borderlands* (Anzaldúa, 1987) operam como algumas das ferramentas interpretativas que têm auxiliado nessa interpelação à bibliografia sobre periferia, a partir da atenção a raça e gênero. Marcadores sociais da diferença (Moutinho, 2014; Almeida *et al.*, 2018) são repertórios que têm

auxiliado na descrição, interpretação e análise dessas dinâmicas sociais, que classificam e *desclassificam* corpos, sujeitos, territórios – não apenas em termos de gênero, raça e classe, mas também sexualidade, origem, geração (Simões, 2018), religião, deficiência (Lopes, 2022), entre outros marcadores que são acionados a partir de posicionalidades. O debate mais clássico sobre o campo das relações raciais está menos presente nesta produção.

Esse conjunto de referências – ao qual outras poderiam se somar – articula-se por meio de uma reflexão densa não apenas sobre a produção da diferença e da desigualdade, mas também pela atenção ao sujeito de conhecimento (Moutinho, 2014). Em seu texto *Nossos feminismos revisitados*, artigo de 1995, Luiza Bairros expressa esse ponto:

Segundo essa teoria [ponto de vista feminista, *feminist standpoint*], a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social se interceptam em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista. (Bairros, 1995, p. 460)

Bairros afirma que o melhor lugar para compreender esse ponto de vista é aquele ocupado pelas empregadas domésticas. Isto é, uma marginalidade que ofereceu uma perspectiva que permitiu às mulheres negras verem a elite branca nem aos homens negros nem aos próprios brancos. Os trabalhos que percorremos se inspiram nessa perspectiva de modo ora explícito, ora implícito: sujeitos, territórios, relações são reposicionados e produzidos nesse percurso desde a periferia. Suely Messeder (2020) argumenta que na “modelagem da pesquisadora-encarnada articulada na perspectiva decolonial”, memórias ancestrais são acionadas. Estes novos saberes encarnados e ancorados em territórios periféricos produzem memória, reflexão e, para usar uma palavra recorrente nestes escritos, cura. Assim como a leitura de Bairros de Patricia Hill Collins, essas autoras abordam as opressões combinadas como uma forma particular, única e criativa de interpelar a estrutura e a desigualdade sociais.

Érica Santana de Souza (2017), em análise realizada em Aracaju sobre movimentos feministas e reações conservadoras, chamou atenção para a força da linguagem emocional no feminismo interseccional. A categoria

“sofrimento” é um importante aglutinador destas experiências que ganham força no deslocamento simbólico dessas autoras (maiores oportunidades que as mães), mas também físico (outra experiência de cidade).

Nossa intenção é conectar o conhecido *boom* do feminismo de 2015, a “primavera feminista” (Souza, 2017) que ampliou e renovou os espaços e os repertórios das ações feministas no Brasil como um todo, às políticas de ações afirmativas, em especial com promulgação da lei de cotas (Barreto *et al.*, 2020). Esses movimentos intelectuais e políticos mais amplos, ainda que não sozinhos, acabaram por estimular e viabilizar essa produção desde a periferia de São Paulo, palco e foco de nossa reflexão. Os ecos dos trabalhos dessas feministas, assim como das próprias políticas de expansão e acesso ao ensino superior, puderam ser ouvidos e sentidos no encontro do Coletivo *Fala Guerreira*, anteriormente descrito.

Conclusão

Neste artigo, tivemos por objetivo refletir sobre os avanços, ambiguidades e desafios das políticas de ampliação do acesso ao ensino superior implementadas nas últimas duas décadas a partir da experiência de mulheres das periferias. Escolhemos a perspectiva do feminino não apenas porque as mulheres compõem a maioria do ensino superior,⁷ mas sobretudo porque ingressar na universidade é algo muito relevante para aquelas que fazem parte de nossas pesquisas. Realizar qualquer curso de ensino superior significa concretizar um sonho, alcançar algo antes inimaginável, ter acesso a melhores condições de trabalho e ter maior autonomia. As políticas implementadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores significaram uma aproximação a esse sonho, disponibilizando o ensino superior no projeto de vida de muitas mulheres, cujas mães mal tiveram acesso ao ensino fundamental. Por essa razão, é importante observar como o conjunto de outras políticas sociais – educação básica, habitação, distribuição de renda, saúde – são elementos fundamentais para que as famílias – sobretudo

⁷ Segundo dados da educação superior, do Inep, em 2015, as mulheres correspondiam a 60% dos concluintes do ensino superior. Embora seja importante ressaltar que no que se refere aos cursos relacionados à ciência, naquele ano a porcentagem se invertia, mulheres eram 41% das concluintes.

aquelas geridas por mulheres – tenham condições mínimas para assegurar o ingresso de seus membros na universidade.

Contudo, devido à forma como uma das principais políticas foi concretizada – o Prouni com foco na parceria com instituições privadas –, além da crise econômica e de preconceitos que recaem sobre mulheres pobres, moradoras das periferias, especialmente as negras, a conclusão do ensino superior não tem garantido trabalho estável e bem remunerado para muitas delas, já que muitas dessas instituições sofrem com a falta de prestígio no mercado de trabalho, fazendo com o que diploma tenha um valor menor. Dessa forma, o projeto de ascensão social é sempre fragmentado e realizado a partir de esforços e frustrações. No entanto, a formação superior certamente garante um emprego melhor do que aqueles subalternizados aos quais as mulheres da geração anterior estavam submetidas. Concomitantemente, as políticas de cotas, ao permitirem o acesso de pessoas moradoras das periferias às instituições públicas (e em algumas privadas) de prestígio, têm promovido não apenas transformações significativas e profundas no ambiente acadêmico, como também reconfigurações nos espaços públicos forjados nas periferias, sobretudo por mulheres. Os coletivos têm sido lugares importantes nesse sentido.

Nossa intenção não é de polarizar as experiências proporcionadas por essas duas políticas, nem a formação entre dois tipos de instituições, pois as trajetórias de nossas interlocutoras demonstram muitas nuances e agenciamentos nesses percursos. Em outra direção, argumentamos que o acesso ao ensino superior tem contribuído para gerar redes de mulheres que intercambiam experiências vividas nessas instituições de ensino, trazendo novos enquadramentos para pensar e criar outras interpretações de periferia. Dessa forma, a realização de um curso de nível superior vai se tornando uma possibilidade cada vez mais concreta nos projetos de futuro dessas mulheres, à medida que *uma vai abrindo o caminho para outra*. Contudo, resta-nos ponderar se, com o retrocesso nas políticas sociais, desde 2016, intensificado com o governo Jair Bolsonaro, o ensino superior, ainda tão pouco acessado por mulheres pobres, negras e moradoras das periferias, estará disponível para aquelas das gerações que estão chegando.

Referências

- Abdal, Alexandre, & Navarra, Julia. (2014). “Uni por Uni, eu escolhi a que era do lado da minha casa”: deslocamentos cotidianos e o acesso, a permanência e a fruição da universidade por bolsistas do ProUni no Ensino Superior privado. *Novos estudos CEBRAP*, (99), 65-87. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000200004>
- Almeida, Heloísa Buarque de, Simões, Júlio A., Moutinho, Laura, & Schwarcz, Lilia. (2018). Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In G. Saggese *et al.* (org.), *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica* (pp.9-30). Terceiro Nome; Gamma.
- Amaral, Nelson C. (2016). A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. *Revista Brasileira de Educação*, 21(66), 717-736. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216637>
- Anzaldúa, Gloria. (1987). *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. Aunt Lute Books.
- Assunção, Sulamita J. (2018). *Quebradas feministas: estratégias de resistência nas vozes das mulheres negras e lésbicas negras da periferia sul da cidade de São Paulo* [Dissertação Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/21708>
- Bairros, Luiza. (1995). Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 458-463.
- Barreto, Paula C. S., Rios, Flávia, Neves, Paulo S. C., & Santos, Dyane B. R. (2020). A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, (94), p. 1-35.
- Carmo, Milena M. (2022). *Tramas do cuidado entre a vida e a morte: agenciamentos femininos nas periferias de São Paulo* [Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo].
- Carmo, Milena M. (2016). *Margem adentro: políticas sociais, sujeitos e resistências na zona sul de São Paulo* [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo]. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-08022017-110349/>
- Chaves, Vera Lúcia J., & Amaral, Nelson C. (2015). A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países. *Revista Educação em Questão*, 51(37), 95-120. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7173>

- Collins, Patricia H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo.
- Crenshaw, Kimberlé. (1991). Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 32(6), 1241-1299.
- D’Andrea, Tiaraju P. (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo* [Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304>
- Feltran, Gabriel. (2017). A categoria como intervalo - a diferença entre essência e desconstrução. *Cadernos Pagu* (51), 2017:e175105 <https://doi.org/10.1590/18094449201700510005>
- Feltran, Gabriel. (2011). *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. Editora Unesp/CEM.
- Fernandes, Camila. (2018). O tempo do cuidado: batalhas femininas por autonomia e mobilidade. In E. Rangel *et al.* (org.), *(Des)prazer da norma* (pp. 297-320). Papéis Selvagens.
- Galicho, Bruna S. (2021). *Caminhos da diferença: corpo e cidade na circulação cotidiana das mulheres da periferia sul de São Paulo* [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-08072021-195930/>
- Gomes, Alfredo, Robertson, Susan L., & Dale, Roger. (2012). The social condition of higher education: globalisation and (beyond) regionalisation in Latin America. *Globalisation, Societies and Education*, 10(2), 221-245.
- Gonzalez, Lélia. (2019). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In H. B. de Hollanda (org.), *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto* (pp. 237-258). Bazar do Tempo.
- Guimarães, Antonio S. A., Rios, Flávia, & Sotero, Edilz a. (2020). Coletivos negros e novas identidades raciais. *Novos Estudos Cebrap*, 3(2), 309-327. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020004>
- Klein, Charles, & Carmo, Milena M. (2019). “I never thought this could be for me”: aspirational capital, identities, and political engagement among first-generation college students in São Paulo. *International Studies in Sociology of Education*, 28(3-4), 259-278.
- Lima, Márcia, & Campos, Luiz Augusto. (2020). Apresentação: inclusão racial no ensino superior. *Novos Estudos Cebrap*, 3(2), 245-254. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020001>

- Lopes, Pedro. (2022). Deficiência na cabeça: convite para um debate com diferença. *Horizontes Antropológicos* (online), v. 28, p. 297-330.
- Macedo, Márcio. (2016). Hip-Hop SP: transformações entre uma cultura de rua, negra e periférica (1983-2013). In: L. Kowarick & H. Frúgoli (org.), *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade e ativismos* (Cap. 1, pp 23-55). Editora 34; FAPESP.
- Macedo, Renata G. M. (2019). *Escolhas possíveis: narrativas de classe e gênero no ensino superior privado* [Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-16122019-182552/>
- Messeder, Suely. (2020). A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In H. B. de Holanda. (org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 155-171). Bazar do tempo.
- Moutinho, Laura. (2014). Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, (42), 201-248. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>
- Moutinho, Laura, Alves, Valéria, & Carmo, Milena M. (2016). “Quanto mais você me nega, mais eu me reafirmo”: visibilidade e afetos na cena negra periférica paulistana. *Revista Tomo*, 28, 265-291. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.5428>
- Oliveira, Alessandra K. T. (2022). *Gritos e silêncios: um mergulho no cotidiano e na intimidade de mulheres negras ativistas da periferia sul de São Paulo* [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo].
- Oliveira, Danielle R. (2019). *Encruzilhada das Guerreiras da periferia sul de São Paulo: feminismo periférico e fronteiras políticas* [Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas]. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637903>
- Oliveira-Macedo, Shisleni. (2021). *Salve quebradas! Raça, educação e articulações feministas na periferia de São Paulo* [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12112021-134026>
- Neves, Paulo S. C. (2022). Sistemas de classificação racial em disputa: comissões de heteroidentificação em três universidades brasileiras. *MANA*, 28(3), e283206. <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0406>

- Pereira, Larissa R, & Kern, Francisco A. (2017). A educação superior no Brasil na perspectiva do direito social: Cenários que levam ao programa Prouni. *Educação*, 40(1), 10-19. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.1.21913>
- Rede TVT. (2016, 7 jan.). Coletivo “Fala Guerreira” prepara terceira edição de revista [Entrevista em vídeo]. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=HsgNKUDB2N4>
- Silva, Dayane Karoline F. (2019). *Fala Guerreira: imagens e narrativas de mulheres periféricas na cidade de São Paulo* [Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo]. <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/59422>
- Simões, Júlio Assis. (2018). Gerações, mudanças e continuidades na experiência social da homossexualidade masculina e da epidemia de HIV-Aids. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), v. 29, p. 313-339.
- Souza, Maria Erica S. de. (2017). *Formas de militância feminista em cenário de auto-organização e ciberativismo no Brasil contemporâneo: tendências atuais a partir do caso de Aracau, SE* [Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe]. <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7234>

Fontes

Revista Fala Guerreira #1: Mulheres e Mídia na Quebrada

SEADE. (n.d.). Informações dos municípios paulistas. Retrieved from <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>.

Recebido: 5 nov. 2022.

Aceito: 31 dez 2022.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)